

António Marçal

De: Grupo Parlamentar do PSD

Data: 20 de maio de 2022, 12:02:56 WEST

Para: António Marçal <amarcal@sfj.pt>

Assunto: Proposta de alteração apresentada pelo PSD - OE 2022

Exmº Senhor, Presidente António Marçal,

Encarrega-me o Senhor Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, responsável pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado André Coelho Lima, no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2022, de agradecer os contributos que nos fizeram chegar em tempo e de dar conhecimento da proposta de alteração do PSD que junto em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Romano de Castro

O Chefe do Gabinete



Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª
(Orçamento do Estado para 2022)

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Artigo 262.º-A

Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

1 – [...].

2 – O suplemento é concedido durante 14 meses por ano e considerado para efeito do disposto no n.º 1 do artigo 6.º e no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro.».

Nota Justificativa:

A integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça, pago por 14 meses, constitui promessa não cumprida pelo Governo que se arrasta há demasiado tempo.

Por iniciativa do PSD que apresentou uma proposta nesse sentido, a lei do Orçamento do Estado para 2020 previa, no seu artigo 38.º, que essa integração fosse feita no âmbito da revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, que deveria estar concluída com a sua publicação em Diário da República até ao final do mês de julho de 2020.

Também por impulso do PSD a Lei do Orçamento do Estado para 2021 previa, no seu artigo 39.º, que a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça deveria estar concluída com a sua publicação em Diário da República até ao final do mês de março de 2021.

A revisão do Estatuto tem, porém, tardado, com o Governo a incumprir, em toda a linha, a calendarização fixada em lei da Assembleia da República e, com isso, tem vindo a ser protelada



a concretização desta legítima expectativa dos oficiais de justiça, que se sentem defraudados com toda esta situação.

Sem descurar que a integração deste suplemento no vencimento deverá ocorrer no âmbito da revisão estatutária em curso, parece-nos de elementar justiça que o referido suplemento possa ser, desde já, no Orçamento deste ano, pago por 14 meses, à semelhança do que sucedeu com subsídio de compensação dos juizes e dos magistrados do Ministério Público.

Assembleia da República, 12 de maio de 2022

Os(as) Deputados(as),

Paulo Mota Pinto

André Coelho Lima

Paula Cardoso

Mónica Quintela

Duarte Pacheco